

**O EU (OU NÓS) QUE VIAJA:
O NARRADOR EM:
“OS TRABALHOS DA COMISSÃO BRASILEIRA
DE RECONHECIMENTO DO ALTO PURUS”
DE EUCLIDES DA CUNHA**

Camila Bylaardt Volker (UFSC)
camilabyla@gmail.com
Carlos Eduardo Capela (UFSC)

Entre o emotivo cônsul-geral que escreveu eficazmente, pondo-se ao lado do colonizado, como um realista, e o grande artista [Joseph Conrad] que não o fez, permanecem problemas cruciais que dizem respeito à dominação da cultura e às culturas da dominação.

(TAUSSIG, 2009, p. 38)

1. Considerações iniciais

O trecho acima é a conclusão da reflexão feita por Michael Taussig a respeito da relação de amizade entre Roger Casement (1864-1916) e Joseph Conrad (1857-1924). Casement teve uma vida conturbada: viveu e relatou experiências limítrofes no Congo e no Putumayo e terminou condenado ao enforcamento pelo governo inglês por conta de sua colaboração com a resistência irlandesa. Joseph Conrad, por outro lado, trabalhou por quase dois anos no Congo, a fonte de inspiração para um de seus maiores romances, o *Coração das Trevas*.

Os dois representam, para Taussig, dois extremos, que se encontraram em um lugar extremo: o Congo. Para além da semelhança entre os dois e a despeito de suas diferenças, falo sobre eles nessa introdução como forma de ilustrar as perspectivas narrativas que se pode assumir em relação a uma experiência. Os dois se conheceram no Congo, travaram uma amizade duradoura (como nos atestam as cartas endereçadas um ao outro) e produziram textos com perspectivas muito diferentes motivados pela estadia naquele país.

Trazer Casement e Conrad à tona em um texto sobre Euclides da Cunha não é uma associação fortuita. São três escritores que digladiaram com a escrita na perspectiva de transmitir uma experiência extrema. No caso de Euclides e Casement, os dois se assemelham mais do que a princípio pareceria. Para escrever os relatórios do Congo e do Putumayo, Ca-

sistentemente enfrentou horrores e provações – esses enfrentamentos não passam despercebidos em sua escrita (apesar do governo inglês não os ter levado em consideração ao condená-lo à morte). Euclides também escreveu⁹¹ sobre crimes e conflitos, buscando ver de perto o que acontecia para tecer reflexões políticas e morais a respeito da política e da sociedade brasileira. Não sofre qualquer condenação do governo brasileiro, mas teve uma vida pessoal um tanto quanto conturbada. Já no caso de Conrad, a sua experiência o impulsiona a uma escrita literária.

Em certa medida, o trabalho consular e literário estão dentro da escrita euclidiana – ele se põe ao lado do colonizado, como um artista, e se distancia do que observa, como um realista. Em sua obra vemos muitas expressões dos problemas relativos à dominação da cultura e à cultura da dominação; o autor, de forma intrigante, parece, muitas vezes, jogar com essas duas perspectivas altamente conflitantes.

Diante da complexidade do trabalho a que se propôs fazer, de seus conflitos entre o que estudara e o que observara, e a sua clara veia poética, Euclides da Cunha assume diferentes “máscaras narrativas”⁹² em seus textos. Podemos perceber a transformação do narrador n*Os Sertões* e a viagem à Amazônia também promove essa encenação mascarada. Segundo Flora Sussekind,

É a partir desse confronto entre olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado – mas consciente da figuração utópica que o habita – que Euclides constrói o seu relato sobre a Amazônia. Não deixa de observar a paisagem em prol da manutenção da “velha imagem subjetiva”. Tampouco abandona as descrições anteriores para se deixar “impregnar” ou impressionar diretamente pelo que vê (SUSSEKIND, 1990, p. 32-33).

Neste texto sobre “Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”⁹³, investigaremos a figura do narrador (que se confunde com o próprio Euclides, o sujeito da enunciação) para delinear algumas das máscaras utilizadas na encenação dos conflitos amazônicos.

⁹¹ Poderíamos dizer que Euclides se debruça sobre dois espaços extremos em sua obra: o sertão e a Amazônia.

⁹² Ronaldo de Melo e Silva propõe, no livro *A Geopoética de Euclides da Cunha* (Eduerj, 2009), algumas das máscaras usadas por Euclides: “observador itinerante, pintor da natureza, encenador teatral, investigador dialético, refletor dramático e historiador irônico” (MELO E SOUZA, 2009, *apud* NICOLAZZI, 2012, p. 293).

⁹³ Entrevista dada ao *Jornal do Commercio* de Manaus, em 29 de outubro de 1905.

2. *Nós: o engenheiro e chefe da Comissão de fronteiras e os seus subordinados*

A viagem para Amazônia, em 1904, pressupunha um trabalho de observação itinerante: como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, a tarefa de Euclides era subir até as mais distantes cabeceiras do rio Purus, observar a população residente nas margens do rio, para verificar até onde residiam os brasileiros, de modo a fundamentar o direito de *uti possidetis*. Além disso, ele deveria medir e mapear o curso do rio, para que se fizesse a delimitação da fronteira com o Peru naqueles confins do Brasil.

Na entrevista que Euclides deu sobre essa viagem, o leitor é conduzido pelo deslocamento da Comissão, orientado por data e local precisos – a observação do entorno e a redação dos percalços e avanços dos viajantes é o cerne da narrativa. O deslocamento promove a descrição, como forma de interação com o objeto observado – naquelas lonjuras, a distância entre observador e observado é fluida; o observador, muitas vezes, interfere e sofre interferência do espaço, narrando com frequência as agruras que acometem os viajantes na aclimação forçada com aquelas latitudes. Por isso, a estratégia discursiva euclidiana intercala *personas* e pessoas gramaticais, numa fluidez (bem calculada) que coloca em destaque ora o narrador, ora o engenheiro e chefe da Comissão, ora o poeta e ainda o viajante-observador. Conforme nos atesta Capela, essa mudança se dá na “personagem do escritor, ‘em duelo formidável com o deserto’, ao transitar da 3ª para a 1ª pessoa do plural” (CAPELA, 2011, p. 23).

Na maior parte da entrevista, Euclides utiliza a 1ª pessoa do plural, como uma referência aos integrantes da Comissão: “Éramos nove apenas: eu, um auxiliar dedicadíssimo, o Dr. Arnaldo da Cunha, um sargento, um soldado e cinco representantes de todas as cores reunidos, ao acaso em Manaus⁹⁴”. Dos nove, apenas um é nomeado, o irmão de Euclides, qualificado ainda como “um auxiliar dedicadíssimo”. Dos outros sete integrantes da Comissão, dois são referenciados através de suas patentes no Exército e os outros cinco indivíduos são marcados apenas pela alusão à miscigenação racial.

O narrador procura estabelecer uma integração discursiva entre os membros da equipe, utilizando comumente o “nós” – as penúrias que se lhes impuseram, os sucessos que alcançaram, os lugares que atingiram, o

⁹⁴ Em “Valor de um símbolo”, In: CUNHA, 1966, p. 529.

esforço que fizeram:

Íamos para o misterioso. Não pode negar-se que até aquela data existia entre nós e as nascentes do Purus, descido um desmesurado telão, escondendo-nos-las. Ademais, no caserio de Curanja, onde fomos bem acolhidos, avultavam, mais desanimadores, os informes relativos aos lugares que íamos atravessar. (CUNHA, 2000, p. 329)

Se a 1ª pessoa do plural é a mais utilizada, os momentos em que se desvia desse uso poderiam nos ajudar a visualizar os métodos de Euclides na construção de sua narrativa.

3. *Eu: o narrador*

No início da entrevista, Euclides afirma:

– *Responderei* apenas à sua primeira pergunta, fazendo-o de modo a dar uma apagada resenha da nossa viagem – e assim procedo porque, avaliando as reservas que devem existir em trabalhos desta natureza – reservas que ao meu ver devem estender-se aos últimos pormenores técnicos – não desejo romper com uma utilíssima praxe.

Farei, portanto, uma breve narrativa, restringindo-a a assuntos que entendam o menos possível com os deveres profissionais (CUNHA, 2000, p. 327, grifo meu).

O narrador se coloca como o sujeito da enunciação, escolhendo e selecionando o que se falará sobre a viagem, de acordo com “as reservas” que se impunham em um trabalho diplomático, em uma contenda internacional ainda não resolvida. Euclides é o porta voz daqueles nove integrantes e costura sua narrativa sob o imperativo de não falar sobre o que toca os seus “deveres profissionais”.

A utilização de dois verbos no futuro simples, na 1ª pessoa do singular (“responderei” e “farei”), marca bem o seu lugar de enunciação: a despeito da utilização massiva do “nós” no restante da entrevista, quem fala é (eu) portador de autoridade enunciativa e política; o único da Comissão consultado a respeito dos eventos que se passaram em tal viagem.

Em mais dois momentos o autor utiliza a 1ª pessoa:

E fomos à meia estação. Demandávamos paragens despovoadas e os víveres que levávamos, no máximo para 25 dias, reduziam-se a carne-seca, farinha que se acabou ao fim de 12 dias, um pouco de açúcar que, tenazmente poupado, durou 3, meio garrafão de arroz, uns restos de bolacha esfarinhada, que uma chuva repentina diluiu, e algumas latas de leite condensado.

Propositadamente, *apresento* esta lista. É eloquente (CUNHA, 2000, p.

330, grifo meu).

E em: “Assim varávamos os meios para vencê-las. Não os *apresentarei* para não dilatar esta resenha – assim como nada *direi* sobre sofrimentos, que se preveem, para fugir à triste contingência de fazer reclame de sacrifícios” (CUNHA, 2000, p. 331, grifo meu). Nesses dois momentos, a utilização da primeira pessoa indica uma pausa metalinguística, em que o entrevistado anuncia a razão da condução que dá à sua narrativa, os motivos que o levam a falar sobre tais detalhes. O uso da 1ª pessoa no singular marca a figura do enunciador, que por seu próprio atributo narrativo, se destaca e difere do grupo dos nove da Comissão: é o chefe, o narrador e tem controle do discurso que faz.

Estão separados narrador e viajante, narrador e observador, narrador e Comissão (nós). O viajante observa, experimenta e se estarrece com o que encontra, enquanto o narrador permanece sóbrio e controlado diante do que foi experimentado em viagem, de modo a poder selecionar o que narrar sem que as emoções e o fluxo dos eventos arrebatem a sua narrativa.

4. *Se: o índice de indeterminação do sujeito*

Devemos considerar ainda os momentos em que Euclides não utiliza a 1ª pessoa. São as situações em que uma construção indeterminadora do sujeito se sobressai. Observemos:

...no caserío de Curanja, onde fomos bem acolhidos, avultavam, mais desanimadores, os informes relativos aos lugares que íamos atravessar. Concluía-se que eram impenetráveis, somente acessíveis às ubás ligeiras dos caucheiros tripuladas pelos amauacas mansos.

(...)

Citava-se o homicídio de um empregado da casa Arana, desta cidade, e apenas a este caso verídico, sem-número de outros vinham engravescer os desalentos (CUNHA, 2000, p. 329, grifo meu).

No momento em que o avanço da Comitiva parecia ameaçado pelos desastres naturais da geografia dos rios e pelo conflito surdo que permeava as relações de trabalho que se estabeleciam na floresta, a escolha por tal construção verbal é, no mínimo, curiosa.

“Concluía-se” é um verbo poderoso nessa situação, pois denota uma decisão de comando (no caso, que deveria ser tomada por Euclides), mas que não possui um sujeito a que se lhe possa atribuir. Quem tirou es-

sa conclusão? O próprio Euclides, assessorado por sua equipe? Os que acolheram a Comissão em Curanja? E, principalmente, porque não se usou aí uma construção como “concluímos” ou “concluí”? Quando a decisão é limítrofe e implica numa situação que deverá ser levada a cabo por todos (pois continuar significaria um sem número de provações e privações pelos quais toda a Comissão passaria e voltar significaria a incompletude do trabalho pelo qual a Comissão era responsável) o verbo assume uma construção destoante do restante do relato, que liberta o enunciador e a própria equipe da responsabilidade pela conclusão que se tirou. No caso, a Comissão resolveu continuar o seu caminho, a despeito da referida conclusão.

O verbo “citava-se” também possui sujeito indeterminado, mas aqui podemos destilar razões mais óbvias: a crise diplomática na qual estavam envolvidos Brasil, Peru e Bolívia era uma questão de fronteira, porém tinha implicações humanitárias mais profundas. Os eventos em torno da casa de Arana⁹⁵ ficaram muito conhecidos, o que não significa que os seus métodos fossem exclusivos: em diferentes intensidades outros senhores da borracha e do caucho escravizavam e sujeitavam violentamente os seus empregados. Essas situações de violência ecoavam na contenda diplomática entre os países envolvidos na exploração gomífera; muitas vezes um país atribuía ao outro os métodos que os cidadãos de ambos utilizavam (bolivianos, brasileiros e peruanos faziam acusações mútuas sobre a utilização das *correrias* como método de arremessar e eliminar os índios⁹⁶).

⁹⁵ Julio César Arana (1864–1952), “a alma e a força motriz” da *Peruvian Rubber Company*, estabeleceu seu império de exploração no vale do Putumayo, região de conflito entre Peru e Colômbia. Em 1910, o aventureiro Walter Hardenburg publicou uma série de artigos na revista londrina *Truth* “que descreviam a brutalidade praticada pela companhia de borracha dos irmãos Arana naquela região, a qual, desde 1907, era um consórcio de interesses peruanos e britânicos” (TAUSSIG, 1993, p. 41). A partir da publicação desses artigos, muitos protestos públicos aconteceram, o que obrigou o governo britânico a enviar, em 1910, Roger Casement como representante consular no Putumayo para investigar o que ficou conhecido como os *crimes do Putumayo*. Além disso, o governo britânico, através da Câmara dos Comuns, criou a Comissão Seleta sobre o Putumayo, encarregada de analisar documentos e provas que atestassem a natureza e a extensão da violência perpetrada por Arana na produção da borracha. No entanto, a crise diplomática e humanitária terminou “sem que houvesse sido apurada a responsabilidade de quem quer que fosse, pelos crimes cometidos na região” (OLIVEIRA, 2009, p. 118).

⁹⁶ No artigo *Os Caucheros (À Margem da História)*, a violência aparece como condição de estabelecimento da população, mas é atribuída aos peruanos, em sua saga destrutiva da floresta. Ao seringueiro brasileiro é resguardada a chegada à nova terra sem menções às correrias e massacres empreendidos para o estabelecimento dos seringais – o crime está no povoamento sem controle, que

Nesse sentido, a utilização de “citava-se” é muito adequada para os parâmetros de Euclides nessa entrevista, que avaliava o que falar de acordo com “as reservas que devem existir em trabalhos desta natureza” (CUNHA, 2000, p. 327). Não nomear as pessoas que informavam sobre assassinatos e conflitos relativos à principal atividade econômica da região era uma forma de proteger os seus informantes e espalhar esses pequenos rastros de excessiva violência para além do local onde aconteciam. E não podemos deixar de notar que, cinco anos antes da crise em torno dos *Crimes do Putumayo*, Euclides menciona especificamente o nome Arana, relacionado a uma situação de homicídio.⁹⁷

Ainda temos dois momentos em que a utilização da terceira pessoa aparece:

Realmente, para o engenheiro, num reconhecimento, a rocha, a flor, o animal surpreendido numa volta do caminho, um recanto de floresta, um pedaço de rio enovelado em corredeira ou desatado em estirões, e as mesmas estrelas que ele prende por um instante nas malhas dos retículos, tudo o que se lhe agita em roda deve impressioná-lo e interessá-lo, mas não o prende, não o manietta e não o remora (CUNHA, 2000, p. 328)

Aqui, a despeito da fluência em 1ª pessoa do plural que Euclides dá à entrevista, ele fala de si mesmo na 3ª pessoa, em uma alusão à sua profissão de engenheiro. Apesar do desejo de observar minuciosamente um espaço que lhe era desconhecido, era preciso dar velocidade à navegação da Comissão, por conta dos atrasos sofridos em Manaus. Os pequenos detalhes da viagem, que lhe eram tão caros, deviam ser deixados para trás. No conflito entre as suas diversas habilidades, a de engenheiro, poeta, literato, cientista e presidente da Comissão, a figura do engenheiro deveria se sobressair para que o trabalho fosse realizado, deixando para

obrigou o seringueiro a trabalhar para se escravizar. Na situação inversa, os peruanos atribuem aos brasileiros a responsabilidade pelas correrias, conforme citado em um documento peruano: “los brasileiros mas próximos al Perú que tienen la barbara costumbre de armar expediciones militares con objetos de hacer correrias sobre los indios Maynas, atropelando muchas vezes las autoridades”... (D. Manuel Ijorra, 1811 *apud* CUNHA, 2000, p. 188).

⁹⁷ Nesta entrevista, de 1905, Euclides alude aos crimes relacionados à casa de Arana. Antes que o caso explodisse e se tornasse uma questão política na Inglaterra e nos Estados Unidos, ele menciona os boatos que corriam na região (do rio Putumayo ao rio Purus há uma considerável distância, ainda mais se observarmos as famosas “distâncias amazônicas”, somadas aos precários meios de transporte e comunicação existentes na época). Em 1905, Arana já era senhor de grandes extensões de floresta e as notícias de suas atrocidades corriam soltas. Alguns artigos sobre o assunto foram publicados nos jornais de Iquitos, “durante alguns meses, de outubro de 1907 até serem violentamente suspensos” (TAUSSIG, 1993, p. 51), mas ainda não tinham ganhado repercussão além da fronteira.

trás os estímulos que lhe aguçavam a tendência poética e literária.

Da mesma forma que Euclides assume uma função e abafa suas outras vocações, também a equipe, pouco a pouco, revela habilidades que lhes permitem navegar melhor naquele emaranhado de água, troncos, lama e areia que formam os rios do Acre:

Estas coisas, porém, foram melhorando em marcha: o soldado ou o trabalhador bisonho a pouco e pouco se transmutou no varejador desempenado, e a observação persistente do regime das águas esclareceu os proeiros no se desviarem dos sucessivos obstáculos, de sorte que, duplicada a breve trecho a nossa marcha, fomos atingindo as principais escalas do roteiro (CUNHA, 2000, p. 328).

5. *O pintor da natureza*

Euclides da Cunha não consegue deixar de fazer formulações poéticas sobre o seu objeto e conclui a entrevista com uma cena plasticamente dramática; o cenário em que a viagem se desenvolveu se compõe progressiva e paulatinamente:

O sol descia para os lados do Urubamba... Os nossos olhos deslumbrados abrangiam, de um lance, três dos maiores vales da Terra; e naquela dilatação maravilhosa dos horizontes, banhados no fulgor de uma tarde incomparável, o que eu principalmente distingui, irrompendo de três quadrantes dilatados e trancando-os inteiramente – ao sul, ao norte e a leste – foi a imagem arrebatadora da nossa Pátria que nunca imaginei tão grande (CUNHA, 2000, p. 332).

O uso dessas diversas máscaras por Euclides da Cunha – o viajante-observador, escritor-engenheiro, o nós, o eu e o se – poderiam configurar um “ciclo de avatares (no sentido próprio) que ele percorre a partir de seu ser original, seguindo a índole de uma certa imaginação que o deforma sem contudo abandoná-lo” (BARTHES, 2013, p. 115).

Quer dizer, a combinação dessas máscaras é operada de acordo com a necessidade e intenção de uma escrita que precisa se desdobrar para dar conta de um objeto tão complexo. Mesmo que esteja constrangido a utilizar determinada máscara, o autor alude a outras possibilidades de escrita ou de observação de um mesmo objeto; é o caso da conclusão fulgurante a que se lança o eu que escreve no último parágrafo da entrevista.

Recheado de um vocabulário eloquente, motivado pela descrição de uma situação magnânima – a ascensão a um ponto de observação privilegiado – a conclusão começa com o deslumbramento do nós para depois atingir a distinção, agora individualizada no eu, de uma pátria que

transcenderia o próprio eu, o nós e até o momento de escrita e observação. A pátria, o Brasil, e o sentimento de nacionalidade, que se expressa através da ideia de pertencimento à uma terra, são a finalização da cadeia metonímica motivada pelo deslocamento da viagem.

A técnica de alternância das máscaras produz uma divisão “dos objetos, das acepções, dos sentidos, dos espaços e das propriedades” (BARTHES, 2013, p. 123). Não lemos tudo o que cada uma das máscaras escreveria, mas uma combinação de impressões fragmentadas, uma “transgressão técnica das formas da linguagem, pois a metonímia não é outra coisa senão um sintagma forçado, a violação de um limite do espaço signifiante” (*Idem, ibidem*). Se a viagem provoca uma alternância metonímica ditada pelo deslocamento, a combinação de máscaras narrativas espelha esse processo.

A técnica da escrita, regulada pelo deslocamento, acompanha a contiguidade dos espaços e objetos; ainda sim, podemos delinear o tema único sobre o qual se desenrolam imagens – há um contágio entre os espaços e as ações e a liberdade metonímica faz com que o sentido e as suas acepções sejam trocados e alternados, assim como as pessoas do discurso (as máscaras narrativas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNUCCI, Leopoldo M. Imagenas utópicas e distópicas do deserto e da floresta em Euclides da Cunha. *Signótica*, Goiania, v. 23, n. 1, p. 107-124, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/16148>>. Acesso em: 20-08-2013.

BARTHES, Roland. *A metáfora do olho*. In: BATAILLE, Georges. *A História do olho*. São Paulo: Cosac Naif, 2013, p. 115-124.

CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. *Nos confins de judas*. São Paulo: Lummer, 2011.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

_____. Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto-Purus. In: CUNHA, Euclides. *À margem da geografia. Obra completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966, p. 504-508.

_____. Sucedeu em Curanjá. In: _____. Fragmentos e relíquias. *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966. p. 532.

_____. Contrastes e confrontos. In: _____. *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966, p. 151-155.

_____. À margem da história. In: _____. *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966. p. 223-288.

GOW, Peter. “Canção Purus”. Nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia. *Revista de Antropologia*, vol. 49, n. 1, p. 431-464, 2006. São Paulo: USP/FFLCH – Departamento de Antropologia.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança de Hileia*: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO E SOUZA, Ronalds. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. As muitas máscaras de Euclides da Cunha. *História da Historiografia*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 292-298, 2012. Disponível em:

<<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/440>>.

Acesso em: 10-08-2013.

_____. O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em *Os Sertões*. *História da Historiografia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 67-85, março de 2009. Disponível em:

<<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/8>>.

Acesso em: 10-08-2013.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Roger Casement, um rebelde irlandês. *Recôncavos: Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, n. 1, vol. 3, p. 115-125, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n03/pdf/Waldir.pdf>>. Aces-

so em: 20-08-2013.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. Um estudo sobre o terror e a cura. Trad.: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.